



LETRAMENTO ANTIRRACISTA, LINGUAGEM E A LEI Nº 10.639/2003: OFICINAS DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DOCENTE NO COMBATE AO RACISMO

Tiago Carneiro¹

Alexandre Cohn Da Silveira²

RESUMO

A presente pesquisa analisa a importância do letramento antirracista no âmbito da educação básica a partir da aplicação de cinco oficinas formativas para professores, fundamentadas na Lei nº 10.639/2003, que compõem a estrutura do Curso de Aperfeiçoamento em Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), realizado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que tem como público alvo docentes da Educação Básica atuantes nos municípios do entorno do Campus dos Malês, Recôncavo Baiano, Feira de Santana, Salvador e sua região metropolitana. O estudo parte da compreensão de que o racismo estrutural atravessa o cotidiano escolar e compromete a efetivação de uma educação equitativa, o que torna urgente a reflexão crítica e a formação docente fundamental neste processo. O problema investigado consiste em compreender de que forma práticas de letramento racial podem colaborar para o combate ao preconceito racial no espaço escolar. A metodologia adotada nesta pesquisa é de caráter qualitativo, fundamentada pela pesquisa bibliográfica, documental, estudo de caso e pesquisa-ação, realizada por meio da aplicação de cinco oficinas pedagógicas com professores de Feira de Santana, São Francisco do Conde e Irará. Dessa maneira, o objetivo geral da pesquisa busca analisar como as oficinas de letramento antirracista, fundamentadas na Lei nº 10.639/2003, contribuem para a formação docente e para a promoção de práticas pedagógicas e linguagens antirracistas. Além de investigar de que forma as oficinas colaboram para a desconstrução de estereótipos e preconceitos raciais, considerando a influência da língua no processo de reflexão crítica; compreender as percepções dos professores sobre a Lei nº 10.639/2003 e sobre o papel das linguagens na construção de práticas pedagógicas antirracistas; observar mudanças nas práticas pedagógicas dos docentes a partir das reflexões propostas e contribuir para o debate acadêmico e pedagógico sobre a importância da formação continuada de professores. As atividades já desenvolvidas envolveram debates, leituras orientadas, rodas de conversa e análises de materiais didáticos, buscando promover reflexões acerca da identidade cultural negra, os impactos do racismo estrutural na escola e na sociedade, além do preconceito e intolerância religiosa. Os dados contidos nesta pesquisa estão sendo produzidos a partir das observações registradas, relatos escritos e falas dos participantes durante o processo formativo. Sendo assim, compreende-se que a implementação da Lei nº 10.639/2003, quando aliada a iniciativas de formação docente, configura-se como um caminho eficaz para promover o letramento antirracista e enfrentar as desigualdades raciais no ambiente escolar.

Palavras-chave: Letramento Antirracista; Estudos da Linguagem; Lei nº 10639/2003; Formação Docente.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira , Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Campus Malês , Discente, tiagocarneiroxc@gmail.com¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira , Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Campus dos Malês , Docente, alexandre.silveira@unilab.edu.br²



INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei nº 10.639/2003, trouxe um grande desafio para a educação brasileira no sentido de inserir e tornar obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos da Educação Básica. Essa legislação representa um marco muito importante no enfrentamento do racismo estrutural latente em nosso país, considerando a luta contra a exclusão social e o apagamento histórico sofrida pela população negra ao longo dos séculos.

Apesar disso, a implementação da lei segue enfrentando inúmeros obstáculos para que de fato seja obedecida e gere os resultados esperados. A formação docente, os materiais pedagógicos adequados e a incorporação da proposta da lei nos projetos políticos pedagógicos, a opção dos professores de obedecer a aplicação do que está previsto pela lei, por exemplo, ainda continuam sendo alguns dos grandes vilões para a efetivação de uma educação antirracista.

Nesse contexto, a pesquisa que está sendo desenvolvida analisa como as oficinas de letramento antirracista: “Cultura e Identidade Negra nas Escolas: Ideando saberes”, “Material Pedagógico Afrocentrado” e “Educação de Terreiro: saberes afrocentrados no universo escolar”, realizadas com professores da educação básica, podem contribuir para a formação docente considerando práticas educativas realmente comprometidas com o combate ao racismo no contexto escolar. As oficinas constituem espaços de reflexão e diálogo, nos quais propomos discutir temas como, por exemplo: identidade cultural negra, religiões de matriz africana e a questão da intolerância religiosa, o protagonismo do jovem negro e os impactos do racismo estrutural na educação e no mercado de trabalho. A escolha desse objeto de pesquisa fundamenta-se na necessidade de contribuir para o fortalecimento de ações formativas que instrumentalizem os docentes para atuarem de maneira crítica e transformadora diante das desigualdades raciais.

O problema que orienta esta pesquisa consiste em buscar compreender de que forma as práticas de letramento racial compartilhadas com esses docentes da educação básica colaboram para o enfrentamento do racismo no ambiente escolar. O objetivo geral buscou analisar como as oficinas de letramento antirracista, fundamentadas na Lei nº 10.639/2003, contribuem para a formação docente e para a promoção de práticas pedagógicas e linguagens antirracistas.

Como objetivos específicos, buscou-se investigar de que forma as oficinas colaboram para a desconstrução de estereótipos e preconceitos raciais, considerando a influência da língua no processo de reflexão crítica; compreender as percepções dos professores sobre a Lei nº 10.639/2003 e sobre o papel da língua na construção de práticas pedagógicas antirracistas; observar mudanças nas práticas pedagógicas dos docentes a partir das reflexões propostas e contribuir para o debate acadêmico e pedagógico sobre a importância da formação continuada de professores e o uso da língua no combate ao racismo estrutural.

Dessa maneira, a pesquisa demonstra que o fortalecimento da formação docente é essencial para a efetivação da Lei nº 10.639/2003. A proposta das oficinas de letramento antirracista mostraram-se caminhos potentes para fortalecer o enfrentamento do racismo nas escolas e reafirmar esses espaços como lugares de efetiva transformação social.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando quatro técnicas de coleta de dados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, estudo de caso e pesquisa-ação. A pesquisa bibliográfica nos permitirá examinar conceitos e teorias relevantes, a partir de obras como livros, teses, dissertações e periódicos científicos (Gil, 2021), de modo que seja possível observar conhecimentos de prismas diferentes sobre o



mesmo problema de pesquisa. Essa etapa é fundamental para embasar a pesquisa e compreender diferentes perspectivas sobre a educação antirracista, identidade cultural, intolerância religiosa, preconceitos raciais e outras temáticas pertinentes.

A pesquisa documental, por sua vez, nos fornece acesso a fontes que podem não ter caráter científico, mas que contêm informações relevantes sobre o objeto de estudo como, por exemplo: o plano de curso do Curso de Formação Complementar em Educação para as Relações Étnico-Raciais: Afrobrasilidades e Africanidades na Educação Básica, conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCN), e outros materiais que possam surgir ao longo da pesquisa (Minayo, 2001).

Adotamos o estudo de caso como terceira técnica em articulação com a pesquisa-ação, possibilitando a observação dos momentos formativos do ERE e das práticas de letramento antirracista. Essa combinação permite aproximar teoria e prática, ao mesmo tempo em que evidencia que os espaços formativos e os sujeitos envolvidos na pesquisa não se limitam a servir como fontes de dados. Pelo contrário, fazem parte da construção coletiva do conhecimento em um contexto socioeducacional que precisa ser fortalecido diante do desafio de combater o racismo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação das oficinas “Cultura e Identidade Negra nas Escolas: Ideando Saberes”, “Material Pedagógico Afrocentrado” e “Educação de Terreiro: saberes afrocentrados no universo escolar” revelou até o momento contribuições significativas para a formação docente e para o fortalecimento de práticas pedagógicas antirracistas.

As duas oficinas realizadas até o momento: “Material Pedagógico Afrocentrado”, com professores de São Francisco do Conde, e a oficina “Educação de Terreiro: saberes afrocentrados no universo escolar”, aplicada com a turma da cidade de Feira de Santana, possibilitaram reflexões sobre a necessidade de incorporar conteúdos que ampliem a visão dos estudantes sobre a história do Brasil, reforçando a identidade negra como um eixo central de aprendizagem. Os professores demonstraram maior compreensão sobre a diversidade cultural afro-brasileira, reconhecendo a importância de valorizar a história, os símbolos e as práticas culturais afro-brasileiras no currículo escolar, além de identificar estereótipos e lacunas nos conteúdos escolares, refletindo sobre a linguagem utilizada em sala de aula e sobre como ela pode seguir reproduzindo o racismo ou combatê-lo.

Os docentes tiveram a oportunidade de acessar e dialogar conhecimentos sobre as práticas e valores presentes no candomblé, compreendendo sua importância e contribuições no processo de formação da nossa diversidade religiosa constituída em decorrência do processo diaspórico, contribuindo para a percepção de que a escola também deve dialogar com esses saberes. Além disso, também foi possível perceber o surgimento de iniciativas que incorporam conteúdos afro-brasileiros nos materiais e planejamentos pedagógicos, visando promover debates sobre o racismo e suas interfaces.

CONCLUSÕES

A pesquisa demonstrou que as oficinas realizadas, fundamentadas na Lei nº 10.639/2003, contribuem substancialmente para a formação docente, promovendo não apenas o aprofundamento no conhecimento e reconhecimento da história e cultura afro-brasileira, mas também o uso crítico da linguagem como ferramenta de transformação e fortalecimento do discurso antirracista. Assim, a implementação dessas



oficinas evidencia que a escola pode se tornar um ambiente estratégico para a promoção da equidade racial, reafirmando a importância da formação continuada para consolidar uma educação inclusiva, plural e comprometida com a transformação social.

Refletindo sobre o papel da língua, percebe-se que ela possui um potencial singular para ampliar a utilidade da Lei nº 10.639/2003, ressignificando o lugar do negro na sociedade brasileira e na construção de narrativas que valorizem sua história e cultura. A linguagem, quando utilizada de forma crítica e consciente, torna-se instrumento de resistência, capaz de questionar estereótipos e práticas discriminatórias, e de fortalecer o reconhecimento social dos sujeitos historicamente marginalizados. Reconhece-se, porém, que esse processo é gradual e demanda persistência, exigindo que continuemos insistindo na transformação promovida pela educação, reafirmando a escola como espaço de formação ética, cidadã e comprometida com a justiça social.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores participantes das oficinas, cuja escuta atenta e trocas de saberes possibilitaram a realização desta pesquisa. Estendo minha gratidão à instituição que acolheu o trabalho e aos colegas que, de diferentes formas, contribuíram com reflexões, apoio e incentivo para que este estudo esteja sendo possível.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 50. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. Ed. São Paulo: Atlas 2021.
- GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- GONZALES, Lélia. Lugar de Negro. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1982.
- MINAYO, Minayo C. S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis. Rio de Janeiro, Vozes. 2001.
- MUNANGA, Kabengele. Negritude: Usos e sentidos. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processos de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.
- NASCIMENTO, Gabriel. Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- NOGUEIRA, Sidnei. Intolerância Religiosa. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaira 2020.